



MEDICINA:

Progresso Científico, Tecnológico,
Econômico e Social do País

3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021



MEDICINA:

Progresso Científico, Tecnológico,
Econômico e Social do País

3

Benedito Rodrigues da Silva Neto
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miraniide Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Medicina: progresso científico, tecnológico, econômico e social do país 3

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Benedito Rodrigues da Silva Neto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M489 Medicina: progresso científico, tecnológico, econômico e social do país 3 / Organizador Benedito Rodrigues da Silva Neto. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-160-9

DOI 10.22533/at.ed.609211106

1. Medicina. 2. Saúde. I. Silva Neto, Benedito Rodrigues da (Organizador). II. Título.

CDD 610

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A qualidade de vida é um fator associado diretamente à saúde, consideramos que quando existe em determinado ambiente fatores que promovem a qualidade de vida de uma população conseqüentemente observamos diminuição da existência de doenças. Assim, já é muito bem caracterizado que, não somente os fatores considerados “médicos” podem alterar de forma determinante a saúde dos indivíduos, mas outros fatores associados ao contexto social, cultural e econômico também precisam ser levados em consideração ao se estabelecer a presença de uma determinada doença na comunidade.

A tríade hospedeiro, ambiente e saúde precisa estar muito bem caracterizada, haja vista que a diminuição de saúde pode ser causada por fatores biológicos, mas também “não-biológicos” afetando o ambiente e conseqüentemente o hospedeiro, assim, a interação entre agentes infecciosos e receptores vai além da biologia. Deste modo o avanço dos progressos científicos e tecnológicos é fundamental pois coopera no sentido de maior entendimento dos agentes causadores de enfermidades, mas também precisa estar aliado à compreensão de fatores sociais e econômicos, como educação, renda e hierarquia. Fato este que, no atual momento em que vivemos, pode ser nitidamente observado e avaliado no contexto da pandemia causada pelo novo Coronavírus.

A obra “Medicina Progresso Científico, Tecnológico, Econômico e Social do País – Volume 3” trás ao leitor mais um trabalho dedicado ao valor dos estudos científicos e sua influência na resolução das diversas problemáticas relacionadas à saúde. É fato que a evolução do conhecimento sempre está relacionada com o avanço das tecnologias de pesquisa e novas plataformas de bases de dados acadêmicos, e aqui objetivamos influenciar no aumento do conhecimento e da importância de uma comunicação sólida com dados relevantes na área médica.

Portanto, temos o prazer de oferecer ao leitor, em quatro volumes, um conteúdo fundamentado e alinhado com a evolução no contexto da saúde que exige cada vez mais dos profissionais da área médica. Salientamos mais uma vez que a divulgação científica é fundamental essa evolução, por isso novamente parabenizamos a Atena Editora por oferecer uma plataforma consolidada e confiável para que pesquisadores, docentes e acadêmicos divulguem seus resultados.

Desejo a todos uma ótima leitura!

Benedito Rodrigues da Silva Neto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ATELECTASIA PULMONAR E SUA ATUAÇÃO EM ALGUMAS PATOLOGIAS RESPIRATÓRIAS – REVISÃO NARRATIVA

Vitória de Oliveira Souza
Raíssa Araújo Porto Fernandes
Amandha Pimenta Soares
Victória Kamilly Fortunato de Sousa Nunes
Lyvia Rodrigues
Gustavo Machado Trigueiro
Tarcísio Paulino Assunção
Daiana Sganzella Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.6092111061

CAPÍTULO 2..... 8

ALTERAÇÕES FUNCIONAIS DAS FRATURAS PROXIMAIS DO FÊMUR EM IDOSOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Jenifer Sayuri Takahashi Sunahara Teodoro
Stéffany Alves de Almeida
Larissa Prado Campos
Emilly Ferreira Lima
Mariana Dias Cabral
Marta Beatriz Santos Macêdo
Camila Adrielle Santos Cunha
Ana Luiza Rabelo de Castro
Adrianny Ribeiro Souza
Melissa Wohnrath Bianchi
Bruno Rodrigues Maia de Barros
Renato Faria Santos

DOI 10.22533/at.ed.6092111062

CAPÍTULO 3..... 13

AMAMENTAÇÃO MATERNA EXCLUSIVA POR 6 MESES: OS BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO

Edir Paula Cordeiro Cheloni
Matheus Fonseca Aarestrup

DOI 10.22533/at.ed.6092111063

CAPÍTULO 4..... 27

ANÁLISE DA FUNÇÃO ESCAPULAR EM ATLETAS DE BRAZILIAN JIU-JÍTSU

Flávio Martins do Nascimento Filho
Danielly de Brito Andrade
Gabriel Gois de Lima
Lucas Henrique Feitosa dos Santos
Igor Leonardo Alves Mendonça
Luis Filipe Curvelo Ávila Góis
Edna Menezes Tavares

Helena Raquel de Matos Brito Santos

DOI 10.22533/at.ed.6092111064

CAPÍTULO 5..... 43

BANDAGEM ELÁSTICA EM PACIENTES NEUROLÓGICOS

João Francisco Monteles Terceiro

Adriana Cavalcante de Macedo Matos

DOI 10.22533/at.ed.6092111065

CAPÍTULO 6..... 49

CIRURGIA BARIÁTRICA E DEFICIÊNCIA DE VITAMINA D

Marina Rocha Assis

Paula Chaves Barbosa

Laura Chaves Barbosa

Francielle Gonçalves de Assunção Gomes

Rafaella Resplande Xavier

Angélica Cristina Bezerra Sirino Rosa

Marina Carelli Araújo Ichikawa

Marcos Mascarenhas Almeida Rocha

Tananny Torraca Matos Pinheiro da Silva

Igor Lucas Pinheiro de Sousa

Manoella Almeida de Amorim

Lina Borges Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.6092111066

CAPÍTULO 7..... 52

CARACTERIZAÇÃO DE PERFIS SOCIOECONÔMICO, DEMOGRÁFICO, NUTRICIONAL E DE IMUNIZAÇÃO ASSOCIADOS A INFECÇÕES RESPIRATÓRIAS NAS CRIANÇAS DE ATÉ 10 ANOS

Erideise Gurgel da Costa

Mariana Soares Barros de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.6092111067

CAPÍTULO 8..... 63

CONCEPÇÕES DE PEDIATRAS BRASILEIROS SOBRE OLIGOSSACARÍDEOS DO LEITE HUMANO

Elaine Martins Bento Mosquera

Karina Merini Tonon

Thais Moreno Tomé

Natalia Pratis Perina

Tamara Lazarini

Mauro Batista de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.6092111068

CAPÍTULO 9..... 78

CORRELAÇÃO DO RISCO DE FRATURA OSTEOPORÓTICA EM 10 ANOS CALCULADO PELO MÉTODO FRAX EM DISTÚRBIOS REUMATOLÓGICOS E ENDÓCRINOS

Cristina Lauren Carpinetti

Cláudia Holanda Ribeiro
Márcio Felipe de Freitas
Angélica Ferreira de Sá Roris
Deborah Laredo Jezini
Sandra Lúcia Euzébio Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.6092111069

CAPÍTULO 10..... 90

DUPLICIDADE UNILATERAL DO MÚSCULO PALMAR LONGO E SUAS IMPLICAÇÕES FUNCIONAIS: ESTUDO EM CADÁVER

Luciano Azevedo Duarte
Luiza Zuccon Côco
Marcella Alves Cavalleiro Colnaghi Daniel

DOI 10.22533/at.ed.60921110610

CAPÍTULO 11..... 96

ELETROCONVULSOTERAPIA: O CHOQUE TERAPÊUTICO QUE HÁ ANOS AFETA OPNIÕES

Marianna Neves Nolasco
Winye Marques Ferreira
Andressa Borges Brito Muálem
Wainnye Marques Ferreira
Andressa Morais Costa

DOI 10.22533/at.ed.60921110611

CAPÍTULO 12..... 102

HEMATOMA PAROXÍSTICO DIGITAL (SÍNDROME DE ACHENBACH)

Flávio Fernandes Barboza
Bruna Sayuri Tanaka
Thalyne Aparecida Leite de Lima
Nohati Rhanda Freitas dos Santos
Bruna Luiza Oliveira Lima
Raquel Gerep Pereira
Eduarda Judith Dias Jacome Silva
Sofia Landim Teixeiraense Pinheiro
Ian Jader Alves de Oliveira
Heloisa Maria Lopes Scarinci
Júlia Serpa Vale
Catharine Luísa Rocha Soares
Lucas do Carmo de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.60921110612

CAPÍTULO 13..... 105

IMPACTO POTENCIAL DA ATIVIDADE FÍSICA NA FISIOPATOLOGIA DA COVID-19

Guilherme de Aguiar Moraes
Murilo Benício de Melo Lobo
Elaine dos Anjos da Cruz da Rocha
João Pedro Vaz de Lima

Bruno Sant'Ana Costa
Vivian de Oliveira Sousa Corrêa
DOI 10.22533/at.ed.60921110613

CAPÍTULO 14..... 125

IMPORTÂNCIA DA VISITA DOMICILIAR E DO SUPORTE FAMILIAR NO CONTEXTO DO ADOECIMENTO

Perciliano Dias da Silva Neto
Daniel Gustavo Guedes Pereira de Albuquerque
Luana Diniz Campos
Rafaela Leandro de Lima
Carolinne de Queiroga Almeida e Laudelino
Ingridy Thaís Holanda de Almeida
Camila Rodrigues Delgado de Freitas
Paula Maia de Santana
Raissa Priscila Mesquita de Arruda
Yana Mirian da Silva Maia
Wiliane Santos Dias
Aralinda Nogueira Pinto de Sá

DOI 10.22533/at.ed.60921110614

CAPÍTULO 15..... 132

LESÃO COM DOR EM QUEIMAÇÃO: UM CASO RARO DE ERITROMELALGIA

Flavio Fernandes Barboza
Eduarda Judith Dias Jacome Silva
Ygor Augusto Silva Lima
Talles Henrique Pichinelli Maffei
Júlia Serpa Vale
Catharine Luísa Rocha Soares
Heloisa Maria Lopes Scarinci
Bruna Sayuri Tanaka
Ian Jader Alves de Oliveira
Raquel Gerep Pereira
Nohati Rhanda Freitas dos Santos
Thalyne Aparecida Leite de Lima

DOI 10.22533/at.ed.60921110615

CAPÍTULO 16..... 136

LESÃO PULMONAR INDUZIDA POR METOTREXATO

Flávio Fernandes Barboza
Thalyne Aparecida Leite de Lima
Vivian de Aquino Medici
Evelyn Angrevski Rodrigues
Talles Henrique Pichinelli Maffei
Maitê Luise Zanette
Lucas do Carmo de Carvalho
Heloisa Maria Lopes Scarinci
Nohati Rhanda Freitas dos Santos

Raquel Gerep Pereira
Eduarda Judith Dias Jacome Silva
Ian Jader Alves de Oliveira
Bruna Sayuri Tanaka
Catharine Luísa Rocha Soares

DOI 10.22533/at.ed.60921110616

CAPÍTULO 17..... 140

NUTRIÇÃO INFANTIL EM CRIANÇAS COM ALERGIA A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA

Thâmella Barbosa Ferreira
Laura Fernandes Comelli Figueira
Izadora Zucolotto Zampiroli
João Luís Magalhães de Albuquerque Gonçalves
Bianca Perim Bernardo
Catarina Cachoeira Borlini
Anna Henriques Alcure
Maria Emília Marques Bertoldi
Renata de Freitas Mendes

DOI 10.22533/at.ed.60921110617

CAPÍTULO 18..... 151

PERFURAÇÃO DE ESÔFAGO PROXIMAL EM CRIANÇA CAUSADO POR CORPO ESTRANHO

Nathália Manzano Gonçalves de Souza
Pedro Henrique Canale
Ana Luiza Ceolin Lyrio
Carolina Cortezzi Ribeiro do Nascimento
Victor Hugo Manzano Gonçalves de Souza

DOI 10.22533/at.ed.60921110618

CAPÍTULO 19..... 157

PROMOÇÃO DA SAÚDE E ERGONOMIA NO USO DO CELULAR

Linda Christian Carrijo Carvalho
Ana Gabrielle Milli
Douglas Zanotti Paulista
Karina Moreno de Oliveira
Lucas Gomes Ferrari
Maria Eduarda Dias Lyra
Murillo Henrique Coelho
Mirelly Aparecida Nolasco Frinhani
Nathalia Machado Kallas Arantes
Vitório César Martins Benicá
Bárbara Binow Demuner
Fábio Ramos de Souza Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.60921110619

CAPÍTULO 20..... 174

ROTURA UTERINA INTRAPARTO COMPLICADA COM LESÃO DE BEXIGA: UM RELATO

DE CASO

Ana Paula de Oliveira Silveira
Clara de Freitas Roque
Enzo Brito Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.60921110620

CAPÍTULO 21..... 180

SERVIÇO ESPECIAL EM CIRURGIA ORAL COMPLEXA - SECOC

Hygor Santos Andrade
Rufino José Klug
Ricardo Kiyoshi Yamashita
Leandro Iwai Ogata

DOI 10.22533/at.ed.60921110621

CAPÍTULO 22..... 186

SISTEMATIZAÇÃO DA ERGONOMIA VOLTADA À SAÚDE OCULAR NA INTERAÇÃO COM PLATAFORMAS DIGITAIS

Linda Christian Carrijo Carvalho
Lucas Cardoso Gobbi
Victoria Ferrari Paiva
Laura Altoé Padovan
Amanda Zovico Miranda
Bárbara Binow Demuner
Fábio Ramos de Souza Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.60921110622

CAPÍTULO 23..... 197

TRANSTORNO DO ESPECTRO ALCOÓLICO FETAL (TEAF): REVISÃO DE LITERATURA

Amanda Karoliny Barbosa Sousa
Bárbara Izadora Oliveira
Bruna Alves Duarte
Fabiana Figueiredo Beserra

DOI 10.22533/at.ed.60921110623

CAPÍTULO 24..... 211

USO DE TOXINA BOTULÍNICA NO TRATAMENTO DE CRISE DISTÔNICA ASSOCIADA À LESÃO DOS GÂNGLIOS BASAIS APÓS CONSUMO DE MANDIOCA (*Manihot esculenta*) NA ZONA RURAL DA AMAZÔNIA

Marcos Manoel Honorato
Jonata Ribeiro de Sousa
Sandro Murilo Moreira de Lima
Felipe Luan Lima da Silva
Adriane Cristina Vieira dos Santos
Renata Maria de Carvalho Cremaschi
Fernando Morgadinho Santos Coelho

DOI 10.22533/at.ed.60921110624

CAPÍTULO 25.....	220
UTILIZAÇÃO DO ÁCIDO HIALURÔNICO PARA REJUVENESCIMENTO PERIORBITAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
Mires Mayara Vila Nova Oliveira Tibério Cesar Lima de Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.60921110625	
CAPÍTULO 26.....	232
OLHARES E FAZERES DISTINTOS SOBRE O ATENDIMENTO AO INDÍGENAS XAVANTE EM UNIDADES PÚBLICAS DE SAÚDE DE BARRA DO GARÇAS/MT	
Marcela Lopes Nogueira Reis Marcelle Karyelle Montalvão Gomes José Ferreira Dias Filho Paulo Emílio Monteiro de Magalhães Aníbal Monteiro de Magalhães Marly Augusta Lopes de Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.60921110626	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	245
ÍNDICE REMISSIVO.....	246

CAPÍTULO 3

AMAMENTAÇÃO MATERNA EXCLUSIVA POR 6 MESES: OS BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO

Data de aceite: 01/06/2021

Edir Paula Cordeiro Cheloni

<http://lattes.cnpq.br/9498732888760106>

Matheus Fonseca Aarestrup

<http://lattes.cnpq.br/3131490824924956>

RESUMO: Introdução: A inserção da mulher no mercado de trabalho, mudou a rotina e afetou o contato familiar. Antigamente, apesar das mulheres permanecerem mais em casa, existiam muitos mitos relacionados a amamentação materna, então a prática não era exercida por todas as mulheres. Com o passar do tempo houve uma evolução do conhecimento acerca dos benefícios do aleitamento materno exclusivo e apesar da migração para o trabalho formal, as mulheres conquistaram direitos como a licença maternidade e horário para amamentação. Mas, o fato é que existem muitas mulheres que trabalham de modo informal e não possuem esse direito, com isso, introduzem precocemente o uso de fórmulas alimentares e não praticam o aleitamento materno exclusivo por seis meses. Metodologia: Trata-se de um estudo transversal, observacional e descritivo em busca de evidenciar os benefícios do aleitamento materno exclusivo para a sociedade. Resultados: Os trabalhos mostram que o aleitamento materno é capaz de reduzir a morbidade, melhorar o potencial de escolaridade para as crianças, sugerindo seu impacto na economia familiar e saúde pública além de estabelecerem uma possível relação entre as condições socioeconômicas das

famílias, o grau de instrução das mães e a prática correta do aleitamento materno. Conclusão: Os dados sugerem a necessidade da implantação de políticas públicas de incentivo e conscientização acerca da prática do aleitamento materno exclusivo e seus benefícios econômicos, sociais e seu impacto no desenvolvimento saudável do bebê.

PALAVRAS-CHAVE: Aleitamento Materno. Mulheres no mercado formal. Mulheres no mercado informal. Benefícios AME. Licença maternidade.

ABSTRACT: Introduction: The insertion of women in the job market changed the routine and affected family contact. In the past, despite women staying more at home, there were many myths related to breastfeeding, so the practice was not exercised by all women. As time passed, there was an evolution of knowledge about the benefits of exclusive breastfeeding and despite the migration to formal work, women gained rights such as maternity leave and breastfeeding time. However, the fact is that there are many women who work informally and do not have this right, with this, they introduce the use of food formulas early and do not practice exclusive breastfeeding for six months. Methodology: this is a cross-sectional, observational and descriptive study seeking to highlight the benefits of exclusive breastfeeding for society. Results: The studies show that breastfeeding is capable of reducing morbidity, improving the educational potential for children, suggesting its impact on the family economy and public health and establishing a possible relationship between the socioeconomic

conditions of families, the level of education mothers and the correct practice of breastfeeding. Conclusion: The data suggest the need to implement public policies to encourage and raise awareness about the practice of exclusive breastfeeding and its economic, social benefits and its impact on the healthy development of the baby.

KEYWORDS: Breastfeeding, women in the formal market, women in the informal market, EBF benefits, maternity leave.

INTRODUÇÃO

A compreensão sobre a importância do aleitamento materno no desenvolvimento saudável é multicultural. Segundo a história, durante o período da escravidão, escravas poderiam ser amas de leite dos filhos de seus senhores, quando as senhoras o desejassem¹. Evoluindo na história, as mulheres que não tinham condições de amamentarem seus filhos, recorriam a mulheres que também estavam amamentando, no entanto, atualmente, a prática de mãe de leite, é questionada. O fato é que a prática de aleitamento exclusivo, tem sido amplamente discutida, devido à dificuldade que algumas mulheres apresentam em amamentar, seja por produção, medo, vaidade, trabalho ou por outro motivo. Os principais motivos alegados por essas mulheres, segundo Primo e Caetano² são: mamilo invertido, seio empedrado, abcessos mamários, pega incorreta, silicones, ou por questões estéticas. É evidente a importância de esclarecimentos de mitos e verdades, tanto durante o pré-natal, quanto no puerpério, pois ao explicar a importância da amamentação materna exclusiva, essas mulheres possam enfrentar seus medos e alimentar corretamente seus filhos.

Torna-se necessário então, conforme citou Bauer³ e colaboradores, estimular a promoção, proteção e apoio à amamentação materna exclusiva por meio de feiras, reuniões, grupos com gestantes e mulheres no pós-parto ou em consultas de pré-natal, para provar o quão importante é a amamentação do lactente. As mães, quando orientadas de maneira correta, amamentam melhor e por mais tempo, garantindo a oferta do alimento mais completo para a criança, e compreendendo a falta de necessidade em complementos, como água, chá, ou qualquer outro tipo de nutrição além do leite materno, durante os seis primeiros meses.

Segundo Rea⁴, a importância do aleitamento materno exclusivo nos primeiros meses de vida foi documentada como evidência científica apenas em meados de 1980. Em 1981, foi lançado o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM), com apenas duas campanhas, no entanto, após essa data, não foi realizado nenhum programa de tamanho porte no âmbito de amamentação exclusiva, então, é preciso levar esse tipo de informação aos hospitais, creches, e em classes de puericultura, a fim de atingir um número máximo de mulheres possíveis para disseminar a importância da amamentação materna exclusiva até aos 6 meses tanto para o bebê, quanto para a mãe.

Pensando ainda no tema, é indiscutível a importância dessa prática para a criança, a começar pelo colostro, que é a secreção leitosa dos primeiros dias, rica em anticorpos,

principalmente IgA. O leite materno fornece anticorpos específicos que protegem o bebê devido a imunização passiva. Entre os anticorpos do leite materno encontram-se IgA, IgG e IgM isotipos, bem como as formas secretoras de IgA e IgM⁵.

De acordo com Moimaz⁶ e colaboradores, estudos comprovam que cerca de 92% das mulheres, após o primeiro mês, introduzem outro tipo de alimento na dieta da criança. O que pode ocorrer devido ao avanço tecnológico e a entrada das mulheres no mercado de trabalho, associados a forte publicidade sobre a comodidade e a praticidade do leite industrializado, além da falta de estímulo para amamentação. Esses fatores constituíram a base do declínio do aleitamento materno exclusivo.

Rimes⁷, em seu trabalho, relaciona o fato da inserção da mulher no mercado de trabalho de modo informal, como dificultador no processo de amamentação. Nesse trabalho, relata que as mães do mercado de trabalho formal conseguem usufruir a licença maternidade, por um período predefinido e temporário, buscam aproveitar ao máximo esse tempo para estarem próximas de seus filhos, amamentando-os exclusivamente. No entanto, apesar de caber à legislação, a promoção eficaz do tempo de licença maternidade, há barreiras promovidas pela informalidade e falta de fiscalização.

O fato é que se por um lado, a inserção da mulher no mercado de trabalho, mudou a rotina e afetou o contato familiar, por outro lado, os direitos dados à essa mulher, as influenciam a ficar mais tempo em casa, cuidando de seus filhos e possibilitando a prática da amamentação materna exclusiva. Rimes⁷ fez um estudo concluindo, portanto, que o tempo de licença maternidade, acaba por influenciar diretamente no tempo de amamentação exclusiva. Ainda, é notório que, em países onde o tempo de licença é menor que o Brasil, os índices de amamentação materna exclusiva, são extremamente baixos. Segundo Rimes⁷, em locais onde esse tempo de licença é maior, o tempo de amamentação exclusiva é maior.

Conforme Ip S⁸ e seus colaboradores nos mostram, a amamentação materna exclusiva tem impacto direto na saúde materna e infantil nos países desenvolvidos. Seus dados apontam para a relação entre a história de amamentação e um risco reduzido de muitas patologias em bebês e mães, em seu estudo sugere que as intervenções de promoção do aleitamento se relacionam com a queda na incidência de diversas patologias recorrentes na prática pediátrica.

Com isso, torna-se necessário uma política ampliada e de acesso facilitado a gestantes, compostas por reuniões a fim de esclarecer possíveis dúvidas da gestante, desde o pré-natal até o puerpério. Com essa facilitação, as grávidas, principalmente as primigestas, entenderão melhor quando devem procurar as unidades hospitalares, e fortalecendo esse contato materno-fetal, essa procura diminuirá drasticamente, assim como procura de procedimentos odontológicos devido a alterações que, muitas vezes, se dão pelo uso de chupetas e mamadeiras.

Existem mulheres como por exemplo diaristas que são trabalhadoras informais e não recebem o direito de licença a maternidade, nesses casos, torna-se mais importante

ainda a criação de uma política de inclusão para o direito dessas mulheres.

É evidente, portanto, que existe uma lacuna de conhecimento das mães sobre seus direitos e os benefícios do aleitamento materno exclusivo, sendo necessário um incremento nas políticas públicas de conscientização da gestante e promoção da técnica adequada de alimentação. Os trabalhos mostram que as intervenções da assistência primária em saúde são eficazes na promoção da saúde dos lactentes e contribuem para a saúde emocional e financeira das famílias.

METODOLOGIA

Delineamento e Amostra do Estudo

Trata-se de um estudo do tipo transversal e descritivo, conduzido em 2019 e 2020, com os seguintes critérios de inclusão: estudos cujo tema contempla – mulheres em aleitamento materno exclusivo, puérperas, benefícios do aleitamento materno, estudos da década de 90 até 2020, em português, inglês e espanhol, principalmente para as mulheres de comunidades mais carentes e primigestas, sejam elas empregadas formal ou informalmente. Já os critérios de exclusão consistiram de artigos que contemplaram de forma superficial o tema e/ou são referentes a uma determinada região cujos costumes e cultura são diferentes e interferem de forma direta ou indireta.

Para a pesquisa bibliográfica, foram utilizadas as plataformas: Scielo, PUBMED e portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizadas as palavras “*breastfeeding*, IgA, colostro, *exclusive breastfeeding for six months*, *benefits of breastfeeding*, benefícios socioeconômicos do aleitamento materno, benefícios da amamentação exclusiva por seis meses para a mãe e para o bebê”. Por meio desses dados, o presente estudo irá comparar a saúde das mães que amamentaram exclusivamente por seis meses e de seus bebês, com a saúde de mães e bebês com alimentação introduzida precocemente. Será feita a análise dos resultados encontrados. Além de contemplar, também, os principais motivos descritos nas pesquisas da recusa de mulheres em praticar o aleitamento materno por determinado tempo, além do fator socioeconômico. Será contrastado também a respeito de mulheres que possuem os benefícios da licença maternidade com as que não o possuem.

A hipótese desse estudo, é que o aleitamento materno exclusivo por seis meses tende a diminuir a entrada precoce de pacientes nos hospitais, além de trazer inúmeros benefícios para os bebês e suas mães; e o pressuposto de que a prática de aleitamento materno é influenciada pela cultura na qual a mulher está inserida, além de relacionar diretamente o tempo exclusivo de amamentação ao tempo de licença maternidade quando a mulher estiver inserida formalmente no mercado de trabalho.

RESULTADOS

Diversos fatores influenciam no tempo de amamentação materna exclusiva. A pesquisa identificou 30 estudos, dos quais 8 forneceram dados mais específicos relacionados ao aleitamento materno exclusivo (AME). Os estudos foram publicados entre 1993 e 2020, sendo a maioria a partir de 2004. Com base nesses estudos, os resultados do aleitamento materno foram incluídos nos parágrafos seguintes. A figura 1, revela que dos 30 artigos utilizados como referencial teórico, 13 foram excluídos, porque não continham dados relevantes para a pesquisa. Após nova análise, foram excluídos 4 artigos que não se encaixavam nos critérios pré-selecionados. Ao final da leitura dos artigos restantes (13), foram excluídos 4 artigos. Assim sendo, foram selecionados para a revisão 9 artigos.

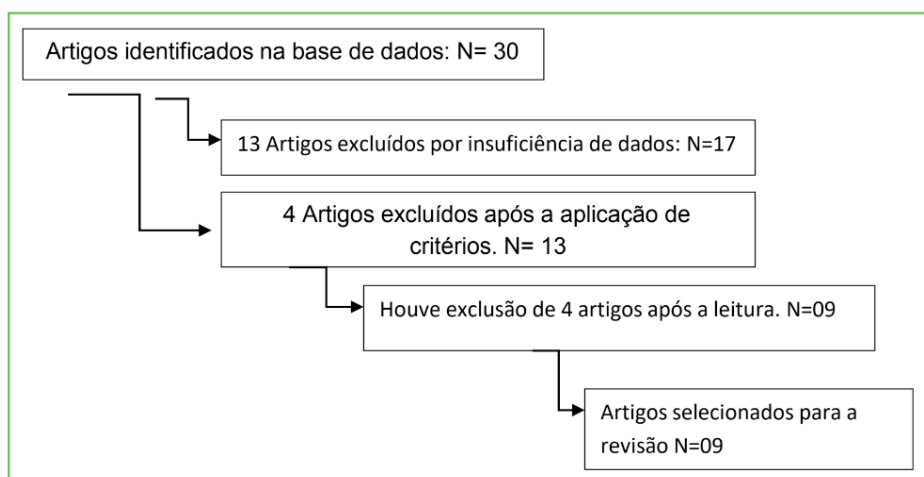


Figura 1: Fluxograma do processo de seleção dos estudos.

Segundo Moimaz⁶, que utilizou um questionário próprio que foi aplicado para 330 mães, contendo questões sobre as condições socioeconômicas e outras variáveis como: aleitamento, hábitos presentes nas crianças, respiração bucal e doenças na infância, chegou-se ao resultado que, o aleitamento materno é considerado fundamental para a promoção e a proteção da saúde das crianças em todo o mundo. É praticado por grande parte da população mundial, porém, ainda está distante da situação desejada para se garantirem melhores níveis nutricionais das crianças e, conseqüentemente, diminuir a mortalidade infantil em todo o mundo. Nesta pesquisa, foi observado que 86,4% (285) das mães amamentaram seus filhos no peito, porém, dessas mães, a grande maioria (66,6%) não amamentou exclusivamente seus filhos. Em relação ao principal motivo de desmame, as mães responderam como motivos: trabalho da mãe (20,9%); falta de leite (19,4%); não aceitação da criança (18,2%); filho já crescido (13,8%); outros (6,8); doença da mãe (6,2%);

leite fraco (4,9%); gravidez (2,8%); dor ao amamentar (4,6%) e doença da criança (2,5%).

De acordo com Rimes⁷, em um estudo transversal, realizado no hospital Amigo da Criança, na cidade do Rio de Janeiro em 2013, a prevalência de aleitamento exclusivo encontrada foi superior à de 33,3% observada em 2006 no mesmo município. Apesar disso, a prática de aleitamento materno exclusivo encontrada foi aquém dos seis meses preconizados pela Organização Mundial da Saúde. Entre as mães entrevistadas, 23,1% estavam em licença-maternidade e 17,2% estavam trabalhando. A prevalência de aleitamento materno exclusivo em menores de seis meses foi de 50,1%.

Pensando a respeito de intervenções sociais, Davie⁹ e colaboradores, acreditavam que as intervenções psicossociais aumentariam significativamente as chances de as mulheres amamentarem exclusivamente durante o período pós-parto com heterogeneidade estatística moderada. Intervenções direcionadas aos construtos sócio-psicológicos melhoraram as taxas de iniciação ao aleitamento materno, mas não foram eficazes no apoio à manutenção de nenhum aleitamento materno exclusivo. Portanto os esforços devem se concentrar no apoio precoce, consistente e prolongado durante o período pós-parto para garantir que a amamentação seja bem estabelecida e sustentada. Intervenções futuras precisam ser baseadas em teoria e evidência e informadas por uma pesquisa mais ampla sobre mudança de comportamento.

Quanto a importância desse aleitamento materno para a saúde do recém-nascido, ao analisar o estudo feito por Greer¹⁰, a evidência sugere que qualquer duração da amamentação de 3 a 4 meses é protetora contra sibilos nos primeiros 2 anos de vida, e algumas evidências sugerem que a maior duração de qualquer amamentação protege contra asma, mesmo após 5 anos de idade. Completando essa linha de pensamento, segundo Rúpulo⁵, as imunoglobulinas presentes no leite materno, principalmente a IgA e seu efetivo papel profilático no aparecimento da atopia, com a diminuição da gravidade e do número de crises em pacientes com rinite e asma. E, segundo o hospital infantil de Sabará²⁸, estima-se que a rinite comprometa até 30% da população das metrópoles, e a asma entre 10 e 20%.

Em 1999, Primo e Caetano² publicaram um estudo, onde optou-se pela abordagem fenomenológica, por entender que está se adequava às perguntas realizadas e conduzir ao “ser das mães” das mães das nutrizes, para compreendê-las em seu mundo-vida, captando sob sua ótica a decisão da filha em amamentar. As mães das nutrizes revelam que a amamentação está interligada à gestação numa relação de continuidade, tanto no aspecto biológico quanto afetivo, onde a construção do vínculo mãe-filho se deu no decorrer dos nove meses. As mães das nutrizes consideram o aleitar como uma obrigação, uma responsabilidade da mulher enquanto mãe. É o assumir a maternidade com todas as interfaces e dentre elas, a saúde, o bem-estar do filho. Para elas, a mãe-mulher tem que dar o peito, não havendo outro caminho ou livre escolha. Não se considera as opções internas, o lado emocional, as dificuldades que a amamentação impinge à mulher, todas

devem passar e continuar amamentando mesmo sem querer ou desejar.

Além de fortalecer o vínculo o leite materno contribui para a imunidade do recém-nascido. Segundo Rúpulo⁵, a concentração de IgA no colostro, predominantemente na forma de IgA, varia de 20 a 40 mg/ml e cai rapidamente nos primeiros cinco dias de vida. As imunoglobulinas presentes no leite materno, principalmente a IgA e seu efetivo papel profilático no aparecimento da atopia, principalmente a diminuição da gravidade e do número de crises em pacientes com rinite e asma. Entretanto, não foi constatado o efeito protetor do leite materno no aparecimento da doença atópica uma vez que o caráter genético é predominante. Entretanto, não há diferença significativa nas concentrações dessa imunoglobulina, quando comparados o leite de mães de prematuros com o de mães de pequenos para a idade gestacional. Isso demonstra que não é a idade gestacional que parece influir na secreção de IgA, mas o peso do feto. O IgA do leite materno é fundamental para o desenvolvimento adequado do sistema imune dos recém-nascidos, tendo influência sobre as taxas de adoecimento e conseqüentemente com os gastos em saúde.

Araujo¹⁸ constatou, ainda, que um dos aspectos que deve ser considerado ao se orientar a alimentação de um lactente não amamentado ao peito é a condição socioeconômica da família. Muitas vezes as mães de baixo poder aquisitivo oferecem à criança uma mamadeira excessivamente diluída, e com elevada possibilidade de contaminação durante a reconstituição do leite, pela má qualidade da água e má higienização da mamadeira e bico. Isto expõe a criança ao risco de infecções intestinais repetidas, resultando quase sempre em desnutrição.

De acordo com Lana¹⁹, duas covariáveis apresentaram efeito significativo: orientação no pré-natal e intervenção 17 passos. A covariável indicadora de orientação pré-natal apresentou associação com um maior risco de suspensão do aleitamento entre 2 e 12 meses após controle pelas demais covariáveis, portanto, na direção contrária à esperada. Com relação à intervenção 17 passos, o efeito é na direção esperada, com as mulheres do grupo tradicional apresentando um risco aumentado de interrupção do AM.

Segundo Rollins²⁰, leite materno é um “alimento natural e renovável” que é ambientalmente seguro e produzido e fornecido ao consumidor sem poluição, embalagens desnecessárias, ou desperdício. Em contraste, os substitutos do leite materno deixam uma impressão ecológica e necessitam de energia para fabricação, materiais para embalagem, combustível para transporte e distribuição e água, combustíveis e agentes de limpeza para preparação e uso diário, e numerosos poluentes são gerados nesse trajeto. Estima-se que mais de 4000 litros de água sejam necessários no processo industrial para produzir somente 1 kg de pó substituto do leite materno. A amamentação e a contribuição do leite humano para a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar a cada ano deveria ser considerada no desenvolvimento de metas climáticas inteligentes nos níveis nacional e global.

A tabela abaixo, revela as análises feitas a partir desses artigos selecionados.

Autor / Ano	Amostra	Método / Intervenção	Resultados
Moimaz 2011	330 mães/ responsáveis de escolares entre 3 e 6 anos.	Em Araçatuba (2008) foram entrevistadas 330 mães em pregando-se um questionário (condições socioeconômicas e outras variáveis). As entrevistas foram realizadas por uma única pessoa, após consentimento livre e esclarecido dos participantes da pesquisa.	Principal motivo revelado foi a falta de leite (49,4%), seguido por trabalho da mãe (20,9%); não aceitação da criança (18,2%); filho crescido (13,8%); outros (6,8%); doença da mãe (6,1%); leite fraco (4,9%); dor ao amamentar (4,6%); gravidez (2,8%) e doença do filho (2,5%).
Rimes 2019	429 mães de crianças menores de seis meses, assistidas por unidades básicas de saúde no município do Rio de Janeiro, em 2013	Análise de características a respeito da maternidade e suas condições socioeconômicas, pessoais, e saúde da mulher e do bebê. As razões de prevalência ajustadas foram obtidas por regressão de Poisson.	A trabalhadora informal pode explicar as maiores prevalências de aleitamento materno exclusivo encontradas entre aquelas protegidas pela licença-maternidade. Supõe-se que as mães que possuem licença-maternidade, aproveitam ao máximo esse tempo.
Davie 2019		Conduzida de acordo com a agenda de Itens Preferidos para Relatórios para Revisões Sistemáticas e Metanálises (PRISMA) e registradas no PROPERO International Prospective Register of Systematic Reviews em março de 2017.	Intervenções psicossociais não aumentaram as taxas de amamentação no período pós-parto, exceto em primigestas. As mães que alimentam com fórmula e as que amamentam exclusivamente, executam o mesmo comportamento. Sugere que as intervenções devem contemplar mudanças comportamentais.
Greer 2019		Revisão Sistemática 2019, comparada com uma semelhante em 2008.	Estudos não têm apoiado um efeito protetor de uma dieta de exclusão materna (incluindo a exclusão de leite de vaca, ovos e amendoim) durante a gravidez ou durante a lactação no desenvolvimento de doença atópica em bebês.
Primo e Caetano 1999	Depoimentos de 10 mães de nutrizes, tendo 3 questões como norteadoras	Entender as adequações das perguntas e conduzir a inserção das mães das nutrizes para compreendê-las.	É um dever/ responsabilidade da mulher como mãe que se sobrepõe ao seu desejo ou não de querer fazê-lo (amamentação materna).

Rúpulo 1998		Revisão dos últimos 10anos – Medline e procura direta.	Alta frequência de atopia, principalmente rinite e asma, empacientes com essa imunodeficiência (IgA- presenteno colostro). Alguns autores aceitam que a falta de IgA poderia facilitar a penetração dosantígenos pelas barreiras naturais (mucosas), permitindo sensibilização precoce.
Araujo 2004	10 cardápios para nutrizas entre 18 e 30 anos, peso corpóreo de 54 Kg e 160 cm de altura. O planejamento destes – análise de maior consumo segundo o “Estudo multicêntrico de consumo alimentar”	Calculou-se valor dos cardápios e o valor econômico do aleitamento artificial com fórmulas. Multiplicados para um consumo de 6 meses, e calculadas porcentagens do salário mínimo gastas.	Observou-se que alimentar uma nutriz por seis meses com os cardápios adicionais custaria, em média, o correspondente a 8,7% do salário mínimo acumulado nesse período.
Lana 2004	147 crianças nascidas entre 1º de janeiro de 1999 e 31 de dezembro de 2001, cujas mães procuraram o centro de saúde antes de as crianças completarem 2 meses de idade e que ainda estavam sendo amamentadas aos 2 meses de idade.	Aplicação de questionário antes e após consulta das crianças que foram divididas em 2 grupos. Essas crianças foram incluídas no grupo 1. Um segundo grupo, foi submetido ao programa “17 passos”.	Após o ajuste pelas características da mãe e da criança, observou-se, para o grupo 17 passos, uma redução no risco de interrupção do aleitamento materno entre as idades de 2 e 12 meses em comparação ao grupo controle.
Rollins 2016	Revisão de 64 de intervenções realizadas.	Avaliados 4 desfechos: início da amamentação na 1ª hora de vida, amamentação exclusiva até 6 meses, amamentação continuada de 12-23 meses, e qualquer amamentação até os 6 meses de idade.	A melhora nas práticas de amamentação poderia prevenir, a cada ano, as mortes de 823.000 crianças menores de 5 anos e de 20.000 mulheres, por câncer de mama. Reduz a morbidade, melhora o potencial de escolaridade para as crianças, e provavelmente sua renda quando adultos.

DISCUSSÃO

A prática do aleitamento materno é amplamente discutida devido sua importância e consequências não só para a saúde da mãe e do bebê, como também para a economia familiar. Em seu estudo, Moimaz⁶ reforçou a importância do aleitamento materno, considerado fundamental para a promoção e a proteção da saúde das crianças. É praticado por grande parte da população mundial, porém ainda está distante da situação desejada para se garantirem melhores níveis nutricionais das crianças e conseqüentemente diminuir

a mortalidade infantil em todo o mundo.

Completando ainda, Rimes⁷, concluiu em seu estudo, que a licença-maternidade permite que a mãe lactante mantenha uma fonte de renda segura em um período que necessita estar próxima de seu filho, o que possibilita maior dedicação a ele e configura-se, assim, em um facilitador da prática da amamentação exclusiva. O quadro histórico de exclusão social e opressão das mulheres no mercado de trabalho tem colocado o sexo feminino em desvantagem salarial em relação aos homens, o que, somado à dupla-jornada de trabalho (domiciliar e extradomiciliar), tem sobrecarregado a mulher, gerando inclusive uma maior prevalência de doenças ocupacionais nessa população. Concordando e acrescentando esse benefício que é a licença maternidade, Araujo¹⁸, revelou que o alto custo do leite artificial leva a um comportamento já comprovado, que é o da diluição do leite, com graves consequências para o crescimento, desenvolvimento e a própria sobrevivência das crianças. E, comparando-se o custo da alimentação complementar da nutriz com o custo de fórmulas infantis ou leite de vaca para a nutrição do bebê, por seis meses, verifica-se que acrescentar na dieta da mãe alimentos do seu consumo habitual significa, em média, 8,7% do salário mínimo acumulado nesse período. Em contrapartida, gastam-se aproximadamente 35% do salário mínimo na alimentação do bebê com fórmulas infantis.

Além disso, conforme citou Greer¹⁴ em seu estudo, as trabalhadoras no mercado informal, muitas vezes introduzem alimentos precocemente, porque não possuem condição financeira de deixar de trabalhar, para ficar em casa e amamentar seu filho exclusivamente. Muitas dessas mulheres, deixam os filhos em casa com parentes próximos e/ou colocam estes em instituições escolares ou creches, para retornarem ao trabalho.

Segundo Lana¹⁹, incentivar o AM é muito importante, mas não se deve esquecer do apoio emocional e técnico que deve ser oferecido nas consultas de controle no pós-parto. Muitas crianças que interromperam precocemente a amamentação tem mães que queriam e podiam amamentar. A frustração da mãe que quer amamentar e não consegue é muito grande. Assim, o incentivo ao AM sem que se dê condições para que ele se efetive pode causar sentimento de culpa nas mães, impotentes para remover tantos obstáculos colocados no caminho da amamentação.

Deve-se atentar, porque devido a propagandas apelativas das fórmulas alimentares, segundo Rollins²⁰, mostram esses produtos como tão bons quantos ou melhores que o leite materno, ou o apresentam como uma escolha relacionada ao estilo de vida em vez de uma decisão com consequências para a saúde e econômicas. A ideia de alimentar o bebê com fórmulas completou-se ao estudo de Araujo¹⁸, onde ainda afirmou, que a redução nas ações de incentivo ao aleitamento materno pode levar ao decréscimo dos índices de aleitamento materno e conseqüentemente, a um maior gasto com substitutos do leite materno e com a assistência à saúde em nível nacional.

De acordo com Barbosa e colaboradores²⁶, os preços das fórmulas se elevam devido a valores agregados. Com isso, conforme citou Rollins²⁰, torna-se necessário, o

aconselhamento individual ou educação em grupo, suporte imediato à amamentação após o parto, e gerenciamento da lactação, porque isso influencia de forma direta a prática do aleitamento materno exclusivo sobre o aleitamento por fórmulas (maior custo e menor benefício).

Devemos atentar também para o fator imune estimulador do leite materno Fitzsimmons SP ³⁰ evidenciou em sua pesquisa que a concentração de IgA secretora aumentou mais rapidamente durante os primeiros 6 meses após o nascimento em lactentes amamentados exclusivamente do que naqueles alimentados exclusivamente com mamadeira. Concluímos que a amamentação pode ajudar na proteção contra microorganismos patogênicos, aumentando a taxa de maturação da IgA na mucosa. Resultado esse que é corroborado por Ip S⁸ em sua pesquisa pela Agency for Healthcare Research and Quality (US) que sugere a correlação entre o aleitamento materno e a queda na incidência de diversas patologias na população pediátrica.

Por fim, Araujo¹⁸ nos atenta para necessidade da implementação de programas de educação em saúde, do treinamento dos profissionais de saúde e a conscientização das nutrizes acerca dos benefícios atribuídos a amamentação materna exclusiva, tais como: economia, maturação do sistema imunológico, fortalecimento do vínculo afetivo e valor nutricional superior a outros. Davie⁹ ainda aponta a superioridade das intervenções que visam mudanças comportamentais, estas mostraram maior efetividade na promoção e ampliação do aleitamento materno.

CONCLUSÃO

Os estudos mostram os diversos benefícios do aleitamento materno, seus impactos na sociedade e como programas de apoio tem real capacidade de mudar o curso das famílias atingidas.

“A amamentação pode salvar vidas e impulsionar a economia - mas as mães precisam de mais apoio. Uma descoberta menos familiar é que taxas mais altas de amamentação também podem render enormes dividendos econômicos.” WHO²⁹

Assim podemos concluir ser necessário um maior investimento seja por parte de empresas privadas ou governo, a promoção de uma política onde fosse melhor explicado os benefícios do aleitamento materno, tanto para a saúde da mulher, quanto para a saúde de seu bebê, além da diminuição de possíveis gastos futuros relacionados a saúde, e seus benefícios econômicos.

REFERÊNCIA

1. Roth C. Black Nurse, White Milk: Breastfeeding, Slavery, and Abolition in 19th-Century Brazil. *J Hum Lact.* 2018;34(4):804–9.

2. Primo CC, Caetano LC. The decision to breastfeed: grandmother's view. *J Pediatr (Rio J)*. 1999;75(6):449–55.
3. Bauer DFV, Ferrari RAP, Cardelli AAM, Higarashi IH. Professional guidance and exclusive breastfeeding: A cohort study. *Cogitare Enferm*. 2019;24.
4. Rea MF. O pediatra e a amamentação exclusiva. *J Pediatr (Rio J)*. 2003;79(6):479–80.
5. Rúpulo BS, Mira JGS, Junior OK. Deficiência de IgA. 1998. Available from: <http://www.jped.com.br/conteudo/98-74-06-433/port.pdf>
6. Moimaz SAS, Rocha NB, Garbin AJI, Saliba O. The relation between maternal breast feeding and non-nutritive sucking habits. *Cienc e Saude Coletiva*. 2011;16(5):2477–84.
7. Rimes KA, Oliveira MIC de, Boccolini CS. Licença-maternidade e aleitamento materno exclusivo. *Rev Saúde Pública [Internet]*. 2019;53(10):1–12. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102019000100207&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
8. Ip S, Chung M, Raman G, Chew P, Magula N, DeVine D, Trikalinos T, Lau J. Breastfeeding and Maternal and Infant Health Outcomes in Developed Countries. Evidence Report/Technology Assessment No. 153 (Prepared by Tufts-New England Medical Center Evidence-based Practice Center, under Contract No. 290-02-0022). AHRQ Publication No. 07-E007. Rockville, MD: Agency for Healthcare Research and Quality. April 2007.
9. Davie P, Chilcot J, Chang YS, Norton S, Hughes LD, Bick D. Effectiveness of social-psychological interventions at promoting breastfeeding initiation, duration and exclusivity: a systematic review and meta-analysis. *Health Psychol Rev [Internet]*. 2019;0(0):1–37. Available from: <https://doi.org/10.1080/17437199.2019.1630293>
10. Greer FR, Sicherer SH, Wesley Burks A, Abrams SA, Fuchs GJ, Kim JH, et al. The effects of early nutritional interventions on the development of atopic disease in infants and children: The role of maternal dietary restriction, breastfeeding, hydrolyzed formulas, and timing of introduction of allergenic complementary foods. *Pediatrics*. 2019;143(4).
11. Roth C. Black Nurse, White Milk: Breastfeeding, Slavery, and Abolition in 19th-Century Brazil. *J Hum Lact*. 2018;34(4):804–9.
12. Issler Vaucher AL, Durman S. Amamentação: Crenças E Mitos. *Rev Eletrônica Enferm*. 2006;7(2):207–14.
13. Oliveira MIC de, Camacho LAB, Souza IE de O. Promoção, proteção e apoio à amamentação na atenção primária à saúde no Estado do Rio de Janeiro, Brasil: uma política de saúde pública baseada em evidência. *Cad Saude Publica*. 2005;21(6):1901–10.
14. Greer FR, Sicherer SH, Wesley Burks A, Abrams SA, Fuchs GJ, Kim JH, et al. The effects of early nutritional interventions on the development of atopic disease in infants and children: The role of maternal dietary restriction, breastfeeding, hydrolyzed formulas, and timing of introduction of allergenic complementary foods. *Pediatrics*. 2019;143(4).

15. Dias EM, Rodrigues DBR, Geraldo-Martins VR, Nogueira RD. Analysis of colostrum IgA against bacteria involved in neonatal infections. *Einstein (Sao Paulo)*. 2017;15(3):256–61.
16. Hoang Nguyen PT, Binns CW, Vo Van Ha A, Nguyen CL, Khac Chu T, Duong D Van, et al. Caesarean delivery associated with adverse breastfeeding practices: a prospective cohort study. *J Obstet Gynaecol (Lahore)* [Internet]. 2019;0(0):1–5. Available from: <https://doi.org/10.1080/01443615.2019.1647519>
17. Madalena Rinaldi AE, Conde WL. The influence of information from the Brazilian National Health Survey on the current estimate and trend in exclusive breastfeeding in Brazil. *Cad Saude Publica*. 2019;35(8):1–8.
18. Araújo M de FM de, Del Fiaco A, Pimentel LS, Schmitz B de AS. Custo e economia da prática do aleitamento materno para a família. *Rev Bras Saúde Matern Infant*. 2004;4(2):135–41.
19. Lana APB, Lamounier JA, César CC. Impacto de um programa para promoção da amamentação em um centro de saúde TT - The impact of a breastfeeding promotion program at a health center. *J Pediatr* [Internet]. 2004;80(3):235–40. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci%7B_%7Darttext%7B&%7Dpid=S0021-75572004000400013
20. Rollins NC, Lutter CK, Bhandari N, Hajeerhoy N, Horton S, Martines JC, et al. Por que investir e o que será necessário para melhorar as práticas de amamentação? TT - Why invest, and what it will take to improve breastfeeding practices? *Epidemiol serv saúde* [Internet]. 2016;25(1):[20]- [20]. Available from: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v25n1/Amamentacao2.pdf>
21. Ceccon MEJ, Diniz EM de A. Marcadores imunologicos (imunoglobulinas: igg, igm, iga, complemento total, proteínas reguladoras do complemento, proteína c reativa) em recém-nascidos com fatores de risco para infeccao precoce. 1995. Available from: <https://repositorio.usp.br/item/000743704>.
22. Souza RCB. Leite materno e proteção imune do lactente: o papel da IgA. 2016. Available from: <https://bdm.unb.br/handle/10483/16461>.
23. Venancio MF, Saldiva SRD, Rea MF. A licença maternidade e sua influência sobre a amamentação exclusiva. *BIS Bol do Inst Saúde* [Internet]. 2010;12:287–92. Available from: <http://238.0.7.20>
24. Borra C, Iacovou M, Sevilla A. New Evidence on Breastfeeding and Postpartum Depression: The Importance of Understanding Women’s Intentions. *Matern Child Health J*. 2015;19(4):897–907.
25. Araújo M de FM de, Del Fiaco A, Pimentel LS, Schmitz B de AS. Custo e economia da prática do aleitamento materno para a família. *Rev Bras Saúde Matern Infant*. 2004;4(2):135–41.
26. Barbosa MB, Palma D, Bataglin T, Taddei JADAC. Custo da alimentação no primeiro ano de vida. *Rev Nutr*. 2007;20(1):55–62.
27. Colen CG, Ramey DM. Is breast truly best? Estimating the effects of breastfeeding on long-term child health and wellbeing in the United States using sibling comparisons. *Soc Sci Med* [Internet]. 2014;109:55–65. Available from: <http://dx.doi.org/10.1016/j.socscimed.2014.01.027>
28. Hospital Infantil de Sabará. Informações sobre a alergia. 2017. <https://www.hospitalinfantilsabara.org.br/informacoes-alergicas/>.

29. World Health Organization. Breastfeeding can save lives and boost the economy – but mothers need more support. <https://www.who.int/life-course/news/commentaries/breastfeeding-can-save-lives/en/>.

30. Fitzsimmons SP, Evans MK, Pearce CL, Sheridan MJ, Wientzen R, Cole MF. Immunoglobulin A subclasses in infants' saliva and in saliva and milk from their mothers. *J Pediatr.* 1994;124(4):566–73.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alcoolismo materno 197, 200, 204, 205, 208

Aleitamento materno 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 52, 60, 140, 141, 142, 148, 149, 150

Articulação do ombro 28, 29, 32

Atelectasia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

Atenção básica 58

B

Bandagem elástica 43, 44, 47

Benefícios AME 13

C

Celular 54, 64, 73, 108, 113, 146, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 189, 200, 206, 212, 214, 225, 245

Cesárea 174, 176, 177, 179

Cirurgia 4, 6, 49, 50, 51, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 224, 225, 230

Cirurgia bariátrica 6, 49, 50, 51

Complexa 180, 181, 242

Coronavírus 4, 54, 82, 83, 105, 106, 107, 113, 187, 191

Corpos estranhos 151, 154

Covid-19 1, 2, 3, 4, 6, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 157, 158, 159, 160, 170, 187, 188, 191, 194, 195, 196

D

Deficiência de vitamina D 49, 50

Diabetes 78, 79, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 105, 106, 107, 109, 110, 112, 118, 121, 122, 127, 236

Doenças neurológicas 43, 44, 47

DPOC 1, 2, 3, 4, 5, 7

E

Eletroconvulsoterapia 96, 97, 100, 101

Emergência 154, 174, 175, 176, 178

Endoscopia 146, 151, 152, 155

Envelhecimento 2, 4, 6, 9, 10, 11, 109, 118, 190, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 229, 230, 231

Ergonomia 157, 158, 159, 165, 170, 172, 186, 187, 192, 193

Esportes 28

Exercício físico 105, 106, 107, 112, 113, 115, 116, 117, 118

F

Força muscular 27, 28, 29, 30, 31, 34, 37, 38, 93, 213

Fórmulas infantis 22, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 73

Fratura 9, 10, 11, 12, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88

Fraturas do fêmur 9, 10, 11

Fraturas por osteoporose 9, 10

FRAX-Brasil 78, 79, 81, 84, 85, 86

G

Gestação 18, 60, 74, 99, 101, 174, 175, 176, 178, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 208, 210

H

Hiperpigmentação 220, 221, 222, 229

Hospital 2, 11, 18, 25, 52, 53, 55, 56, 58, 61, 144, 151, 213, 214, 245

I

Implicações funcionais 90

Imunidade 19, 63, 67, 68, 69, 70, 72, 106, 109, 110

Internação 2, 4, 6, 52, 55, 58, 59, 61, 62, 152, 242

IVA 52

K

Kinesio Taping 43, 44, 47, 48

L

Licença maternidade 13, 15, 16, 22, 25

M

Medicina preventiva 81, 112, 158, 165, 187

Metabolismo 106, 110, 203, 206, 214

N

Neurociência 43, 44

O

Obesidade 32, 36, 49, 50, 51, 57, 85, 105, 107, 109, 110, 113, 116, 118

Oral 50, 77, 81, 146, 147, 149, 152, 180, 181, 228

Osteoporose 9, 10, 50, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 100, 128, 142

P

Palmar longo 90, 91, 92, 93, 94

Palpebras 220, 222

Paradigmas 96, 97, 98, 238

Pediatria 6, 7, 52, 61, 62, 63, 66, 68, 142, 144, 149, 150, 170

Perfuração esofágica 151, 152, 153, 154

Prebióticos 64, 67, 70, 73, 147

Preenchimento 61, 220, 222, 224, 225, 227, 229, 230

Prevenção 2, 5, 6, 50, 63, 69, 79, 81, 86, 87, 115, 118, 126, 130, 158, 165, 170, 187, 193, 197, 198, 204, 207, 209, 231

Procedimento estético 220, 222

R

Rejuvenescimento facial 220, 222, 230

Reumatologia 79, 82, 86

Rotura uterina 174, 175, 178, 179

S

Saúde 6, 7, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 40, 44, 47, 50, 52, 53, 54, 61, 62, 79, 80, 82, 85, 87, 90, 96, 98, 107, 112, 113, 115, 117, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 141, 142, 145, 148, 149, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 170, 174, 175, 178, 179, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 193, 195, 197, 198, 199, 200, 204, 205, 208, 209, 210, 212, 213, 217, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245

Síndrome 29, 38, 58, 92, 98, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 133, 147, 154, 158, 160, 161, 163, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 197, 198, 200, 201, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 215, 216

Síndrome alcoólica fetal 197, 198, 200, 205, 207, 208, 209, 210

Suplementação 50, 51, 87, 117, 147, 148

T

Tecnologias 157, 158, 159, 170, 187

Terapêutica 46, 47, 50, 79, 84, 85, 88, 96, 97, 99, 100, 104, 144, 149, 152, 155

Tratamento 2, 3, 5, 6, 11, 43, 44, 47, 49, 51, 55, 56, 61, 62, 80, 81, 82, 85, 86, 92, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 126, 128, 129, 130, 133, 137, 147, 148, 149, 150, 151, 155, 178, 180, 181, 197, 198, 204, 205, 206, 207, 211, 212, 216, 217, 220, 222, 223, 224, 225, 228, 229, 230, 231, 238, 239

Atena
Editora

Ano 2021



MEDICINA:

Progresso Científico, Tecnológico,
Econômico e Social do País

3

Benedito Rodrigues da Silva Neto
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021

MEDICINA:

Progresso Científico, Tecnológico,
Econômico e Social do País

3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 